

Autorização concedida a Biblioteca Central de Brasília pelo Prof. Remi Castioni, em 13 de janeiro de 2021, para disponibilizar a publicação, de acordo com a licença pública Creative Commons 4.0 sob as seguintes condições: não permite o uso para fins comerciais nem a adaptação desta.

REFERÊNCIA

CARVALHO, Ricardo Feitosa de; CASTIONI, Remi. Capital social, trabalho e educação profissional e tecnológica: desafios para os Institutos Federais. In: SOUZA, Eda Castro Lucas de; CASTIONI, Remi (org.). **Institutos Federais: os desafios da institucionalização**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. p. 17-44.

Institutos Federais

Os desafios da institucionalização

Eda Castro Lucas de Souza
Remi Castioni
(Org.)



Universidade de Brasília



50¹⁹⁶²₂₀₁₂

© 2012 Editora Universidade de Brasília.
Todos os direitos reservados.

Tiragem: 1ª edição – 2012 – 500 exemplares

Este livro obedece às normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa promulgado pelo Decreto n. 6.583, de 29 de setembro de 2008.

Coordenação Editorial

Fabiana Paranhos

Revisão de Língua Portuguesa

Ana Terra Mejia Munhoz

Estagiário

João Gabriell Moraes de Sousa dos Santos

Arte da Capa

Marcelo da Silva Castro

Capa

Eloísa de Moura Alves

Editoração Eletrônica e Layout

João Neves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I59 Institutos Federais : os desafios da institucionalização / Eda Castro Lucas de Souza, Remi Castioni (Orgs.). - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2012.
224 p. ; 2 cm.

ISBN 978-85-230-1065-2

1. Educação profissional. 2. Institutos Federais. 3. Capital social. 4. Desenvolvimento regional.
5. Ensino Médio. I. Souza, Eda Castro Lucas de (org.). II. Castioni, Remi (org.).

CDU 377(81)

Todos os direitos reservados à Editora Universidade de Brasília
SCS, Quadra 02, Ed. OK, Bloco C, n. 78 – CEP 70.302-907 – Brasília-DF
Fone: 55 (61) 3035.4211
www.editora.unb.br

Impresso no Brasil.

CAPITAL SOCIAL, TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: DESAFIOS PARA OS INSTITUTOS FEDERAIS

Remi Castioni

Ricardo Feitosa de Carvalho

A partir do momento em que se tratam em comum os assuntos comuns, cada homem percebe que não é tão independente dos seus semelhantes quanto imaginava no princípio e, para obter o seu apoio, muitas vezes é necessário emprestar-lhe o seu concurso.

(Tocqueville, 1805-1859)

Este capítulo objetiva discutir as abordagens teóricas do conceito de capital social e da relação entre trabalho e educação na perspectiva da educação profissional e tecnológica no Brasil, sobretudo no meio rural.¹ Essa discussão é seguida de uma reflexão sobre a dificuldade de operacionalizar a noção de capital social, visto ser esse um tema altamente controvertido. A noção de capital social envolve diferentes interpretações oriundas da economia e de outras ciências sociais (sobretudo a ciência política, a sociologia e a antropologia), bem como diversos procedimentos teórico-

¹ Este capítulo baseou-se na reflexão teórica que subsidiou a dissertação de mestrado de Ricardo Feitosa de Carvalho, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília, em 2011, denominada *A formação de capital social entre os agentes de desenvolvimento regional sustentável: o papel das ações de educação profissional e tecnológica nas cooperativas filiadas à Casa Apis, localizadas no Território de Desenvolvimento Vale do Guaribas-PI*.

metodológicos utilizados para mensurar os níveis de capital social, o que dificulta a funcionalidade do conceito e sua aplicação prática em uma determinada realidade.

No momento em que a reorganização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica se expande para dentro do continente, com o objetivo de atingir cidades médias e sedes de polos regionais de desenvolvimento, é mister ter presente o papel que ela pode desempenhar nessas comunidades. Nessa perspectiva, o presente texto visa também identificar em que medida a expansão da educação profissional, entendendo-se aqui não somente os prédios que estão sendo construídos, mas tudo o que estiver à disposição de contingente significativo da população (que esteve privada do acesso à educação pública de referência), pode liderar um novo processo de mudança no meio rural brasileiro.

Uma aproximação à temática

A tendência mundial, nas duas últimas décadas do século XX, foi a de reduzir a importância do Estado não só como planejador, mas também como regulador da economia. A crise capitalista do final da década de 1970 e dos anos 1980 e o esgotamento do keynesianismo provocaram um rearranjo e o surgimento de uma nova forma de organização do capitalismo, a globalização de cunho neoliberal.

Diante da atual ordem econômica internacional, o caráter ideológico da “nova” globalização centrou-se, cada vez mais, na exigência da liberdade dos mercados como o único fator determinante do atual processo produtivo. Ou seja, os teóricos passaram a defender a ideia de que o desenvolvimento socioeconômico deve ser estruturado em função da lógica do mercado e da integração

econômica mundial, no interesse do capital e das corporações transnacionais, em detrimento do desenvolvimento e do poder local, do interesse social e estatal e das relações sociais. Nessa direção, nas últimas décadas, o ideário neoliberal tem sido identificado com o debate sobre a emergência dessa “nova” globalização, marcada pela reestruturação da produção capitalista, imposta pela nova divisão internacional do trabalho, e pela padronização das manifestações socioculturais e das formas de trabalho, ante uma realidade homogeneizadora do capitalismo.

No Brasil, a partir da década de 1990, como parte da inserção do país na propalada globalização, houve a difusão de preceitos neoliberais e o Estado passou a promover a abertura da economia nacional ao processo de globalização. Nesse processo, o Estado adotou um conjunto de medidas em atendimento às determinações da política econômica internacional neoliberal, emanadas do Consenso de Washington e vistas como um receituário para acelerar o desenvolvimento dos países, principalmente na América Latina.

Desse modo, para garantir a sua participação na governança global, o Brasil passou a cumprir as normas e recomendações do Consenso de Washington, mediante a adoção de uma agenda neoliberal voltada para a redução do papel do Estado como planejador e regulador da economia. Isso envolveu a adoção e implementação de medidas como: abertura comercial e financeira (redução das barreiras alfandegárias, facilitando a entrada de mercadorias, capitais e serviços externos), ajuste fiscal e “enxugamento” da máquina administrativa do Estado, mediante a privatização de empresas estatais, redução dos gastos públicos e alterações nas leis trabalhistas e previdenciárias, a fim de produzir consistente superávit primário para honrar compromissos com os credores internacionais.

Nessa perspectiva, a diminuição do papel do Estado fez emergirem novas formas de participação da sociedade civil, ampliando o debate sobre a importância do capital social. No entanto, é oportuno destacar que a noção de capital social não é nova, apesar de hoje se apresentar em um sentido de extrema contemporaneidade. Destarte, as discussões acerca do capital social e sua aplicação empírica ou operacionalidade não apenas se revelaram nos meios acadêmicos, através das pesquisas em várias áreas de conhecimento (sociologia, economia, educação, ciência política, direito e saúde, entre outras), mas também despertaram o interesse de instituições internacionais, partidos políticos, governos nacionais e organizações do denominado terceiro setor, por conta da execução de projetos de desenvolvimento a partir da dimensão do capital social.

Portanto, nos últimos anos, vêm sendo organizados no Brasil, principalmente nas áreas rurais, vários empreendimentos econômicos solidários. Tais empreendimentos são definidos como projetos de desenvolvimento implementados na perspectiva da dimensão do capital social dos territórios, uma vez que se apresentam como experiências inovadoras de construção social dos mercados. A dimensão de desenvolvimento dessas experiências ancora-se em elementos de territorialidade estruturados a partir de redes de relações sociais baseadas na confiança, reciprocidade e cooperação, o que facilita as ações coordenadas e traz vantagens sociais com a integração de pequenos produtores rurais e a geração de emprego e renda.

Cabe ressaltar que, diante dessa realidade ancorada em experiências inovadoras de construção social dos mercados, a educação profissional e tecnológica emerge e adquire maior importância no processo de desenvolvimento rural e territorial. Ademais, pela educação profissional e tecnológica, a organização das atividades em torno do propósito de construção social dos mercados

pode e deve converter-se na base para a formação de novos laços de confiança, reciprocidade e cooperação entre os atores sociais. O resultado é o fortalecimento do capital social, a diversificação da produção e o aumento do valor agregado dos produtos, consolidando a governança dos projetos de desenvolvimento.

Capital social: base de reflexão da sociologia econômica

Nos fins do século XIX e início do século XX, a origem da sociologia econômica clássica encontra-se identificada, principalmente no pensamento de Max Weber, considerado um autor clássico da sociologia. Weber defendia a complementaridade entre economia e sociologia econômica, uma vez que esta oferece condições para que a história seja considerada. Na segunda parte de sua obra *Economia e sociedade*, no capítulo intitulado *Relações econômicas das comunidades*, Weber (2000, p. 230) mostra sua visão a respeito do fato econômico como um fato social:

As relações da ação social com a economia podem ser de natureza muito diversa. A relação social pode orientar-se, de acordo com o sentido de algum modo subjetivamente concebido pelos participantes, por resultados puramente econômicos: satisfação de necessidades ou lucro. Constitui, no caso, o fundamento de uma comunidade econômica. Ou pode servir-se da gestão econômica própria como meio de obter outros resultados pelos quais se orienta: comunidade de gestão econômica. Ou, na orientação de uma ação social, combinam-se resultados econômicos e extra-econômicos.

Para Swedberg (2003 apud STEINER, 2006), a sociologia econômica estuda os fatos econômicos considerando-os como fatos sociais. Ela se dirige aos economistas e sociólogos, aconselhando-os a estudar esses fatos levando em conta sua dimensão de relação social, sem esquecer, no entanto, a dimensão do comportamento egoísta, questão central nessa problemática. O economista e

sociólogo Steiner (2006) complementa a discussão afirmando que, ao contrário do movimento que leva as ciências sociais a decompor o trabalho intelectual, a particularizar as pesquisas, a sociologia econômica sugere que é preciso e vantajoso fazer com que as teorias econômicas e sociológicas se aproximem de modo a fornecer melhores explicações para os fatos econômicos. De acordo com esse autor, o objetivo mais específico da sociologia econômica é analisar a construção social das relações de mercado (concebido de maneira ampla) e a origem (histórica) dos fenômenos econômicos.

Swedberg (2005), no livro *Max Weber e a ideia de sociologia econômica*, em sua análise sobre a visão weberiana e a sociologia econômica atual, sinaliza que o pensamento de Weber era no sentido de que a sociologia econômica deve cooperar com a teoria econômica, com a história econômica e com outras abordagens num quadro de um tipo abrangente de teoria econômica (ciência socioeconômica). Ou seja, o pensamento weberiano é o de que os fenômenos econômicos precisam ser analisados por meio de várias abordagens, cada uma delas com um papel próprio a desempenhar nos estudos da economia (principalmente a teoria econômica, a história econômica e a sociologia econômica).

Nessa mesma linha de raciocínio acerca da sociologia econômica, Abramovay (2007) observa que o fenômeno mais importante das ciências sociais contemporâneas reside na aproximação de suas duas disciplinas básicas, a economia e a sociologia, que passaram a maior parte do século XX — desde a morte de Weber até o início dos anos 1980 — de costas uma para a outra. Portanto, mesmo diante da contribuição de Weber e de outros cientistas sociais para a sociologia econômica clássica, até as décadas de 1970 e 1980, o debate em torno da combinação entre a economia e a sociologia não teve seguimento nos meios acadêmicos. Somente em meados dos anos 1970 emergiram interações entre

essas duas áreas do conhecimento, configurando a denominada nova sociologia econômica, termo cunhado por Granovetter.

Contextualizando a nova sociologia econômica, Wilkinson (2002) diz que ela é identificada com os trabalhos de Granovetter a partir dos anos 70 do século passado e que a novidade dessa abordagem é o seu projeto de explicar o funcionamento a partir de uma abordagem de redes sociais. A esse respeito, Wilkinson (2002) destaca o artigo *Instituições econômicas como construções sociais*, de 1991, escrito em uma das formulações de Granovetter sobre os principais conceitos da nova sociologia econômica e suas implicações para a análise da vida econômica. Nesse artigo, o autor desenvolve o enfoque de redes sociais, situando-as na tradição sociológica mais ampla de construtivismo social.

Granovetter, considerado uma das maiores referências teóricas da nova sociologia econômica, buscou uma explicação para o funcionamento dos mercados a partir de uma abordagem de redes sociais, ou seja, deslocou o enfoque de seu trabalho para a noção de construção social, onde o tipo de rede social é correlacionado com a forma de funcionamento do mercado. Seu ponto de partida são duas ideias básicas: a) a ação econômica é socialmente situada e não pode ser explicada apenas por motivos individuais; b) as instituições econômicas são socialmente construídas (GRANOVETTER, 1990 apud STEINER, 2006).

Como já foi dito, a nova sociologia econômica é identificada com os trabalhos de Granovetter a partir dos anos 1970, com os estudos sobre a dinâmica dos mercados, vistos como extrapolações de redes sociais. Wilkinson (2002), em sua análise de como as redes sociais influenciam a organização dos mercados e o comportamento econômico, faz alusão ao pensamento de Granovetter, afirmando que, para esse autor, as redes mais propícias à promoção de iniciativas empresariais são as que se caracterizam por uma solidariedade forte

e que, ao mesmo tempo, têm limites estreitos e bem definidos. Portanto, na visão de Wilkinson (2002), os estudos de Granovetter avançaram na constatação da mediação da vida econômica por redes sociais para uma operacionalização que permite identificar algumas pré-condições sociais para a atividade econômica.

Castro (2004) afirma que Granovetter estudou também a natureza dos laços entre os indivíduos, que se estabelecem dentro das redes: “[...] Os laços fortes pressupõem muito tempo dedicado à relação, envolvimento emocional, confiança e reciprocidade”. Já os laços fracos pressupõem “relações pontuais entre os agentes”. Assim, no dizer de Steiner, Granovetter caracteriza sua sociologia econômica por meio dos seguintes traços:

Minha abordagem da sociologia econômica apóia-se em duas proposições sociológicas fundamentais: em primeiro lugar, a ação é sempre socialmente localizada e não pode ser explicada, fazendo-se referência, apenas, aos motivos individuais que possam tê-la ensejado; em segundo lugar, as instituições sociais não brotam automaticamente, tomando uma forma incontornável; elas são construídas socialmente (GRANOVETTER, 1990, p. 95-96 apud STEINER, 2006, p. 28).

Portanto, as reflexões oriundas da sociologia econômica do início do século XX, como as defendidas por Weber, aliadas às definições decorrentes da nova sociologia econômica, como a proposta por Granovetter, mostram claramente que os conceitos de ação e instituição continuam fundamentais para entender o processo de desenvolvimento da sociologia econômica.

Para finalizar, convém salientar que, na contemporaneidade, a sociologia econômica busca seu caminho unindo análises sociológicas e econômicas de maneira a obter uma explicação melhor que a da teoria econômica para os fatos socioeconômicos. Dessa forma, a sociologia econômica vem se consolidando como o campo do conhecimento que pretende investigar como as relações

econômicas são indissociáveis da realidade social, observando a construção social dos mercados (financeiros, agrícolas, de trabalho, etc.) e o papel das redes sociais no funcionamento da vida econômica, ou seja, analisando os fenômenos econômicos por meio de instrumentos e abordagens da sociologia.

Finalmente, prosseguindo com a ideia de sociologia econômica, em suas abordagens clássica ou nova, pode-se afirmar que o conceito de capital social está na base de reflexão da sociologia econômica. Senão vejamos o que diz Steiner (2006), quando Weber, em 1905, apontava que o pertencimento a uma comunidade (no sentido de grupo que seleciona os indivíduos) religiosa constituía uma vantagem nas carreiras comerciais dos Estados Unidos no começo do século XX — esta constituía, também, uma forma de capital social.

Capital social: abordagens teóricas

Considerando a importância do conceito de capital social e sua aplicação por diversos ramos do conhecimento (educação, sociologia, economia, política, direito e geografia, entre outros) e dada a problemática suscitada nesta parte do texto, bem como a relação entre educação e capital social, a seguir faremos uma breve reflexão sobre as diferentes visões acadêmicas a respeito desse conceito.

A denominação “capital social” foi utilizada pela primeira vez há cerca de um século, quando Lyda Judson Hanifan recorreu ao conceito para descrever centros comunitários de escolas rurais, nos quais detectava que a pobreza crescente se fazia acompanhar pelo decréscimo da sociabilidade das relações de vizinhança entre a população local. Contudo, ao longo do século XX,

a noção de capital social foi sendo redefinida por vários autores ou cientistas sociais, tornando-se um conceito bastante discutido nos meios acadêmicos, principalmente no tocante às ideias de empoderamento, cooperação, educação, descentralização, participação e governança local.

Nessa perspectiva, Baquero (2003, p. 30), por meio da observação de dois componentes que agem de forma integrada na compreensão do conceito de capital social, busca enfatizar o caráter polissêmico desse conceito, afirmando o seguinte:

O componente estrutural diz respeito à composição e às práticas das instituições locais, tanto formais quanto informais, que viabilizam o desenvolvimento local. A estrutura é construída por redes horizontais que geram um processo de tomada de decisões por parte da coletividade, onde a confiança mútua é fundamental. [...] O componente cognitivo diz respeito a valores, crenças, atitudes, normas sociais e comportamentos que se observam dentro das comunidades, tais como confiança interpessoal, solidariedade e reciprocidade.

Nesse sentido, porque a ideia de capital social é um tema bastante polêmico no âmbito acadêmico, em nossa análise serão definidas as concepções de apenas alguns autores. Assim, o capital social será analisado a partir das dimensões conceituais defendidas por autores como Pierre Bourdieu, James Coleman, Robert Putnam, John Durston e Ricardo Abramovay. Este último, sociólogo brasileiro, professor da disciplina Sociologia Econômica do curso de economia da Universidade de São Paulo, é autor de vários trabalhos sobre os mercados como construções sociais e sobre o capital social e o desenvolvimento territorial rural no Brasil.

Foi com Bourdieu, no início da década de 1980, que o conceito de capital social entrou definitivamente na agenda acadêmica internacional. Esse autor definiu capital social como o conjunto de recursos atuais ou potenciais ligados à posse de uma rede durável

de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo (BOURDIEU, 1980 apud CATANI; NOGUEIRA, 2010).

Assim, para Bourdieu, o volume de capital social que um agente individual possui depende da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado.

Sobre o conceito de capital social, o sociólogo americano James Coleman, no final da década de 80 do século XX, afirmou que:

O capital social não é uma entidade singular, mas uma variedade de diferentes entidades que possuem duas características em comum: consistem em algum aspecto de uma estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que estão no interior desta estrutura (COLEMAN, 1990, p. 302 apud ABRAMOVAY, 2000, p. 382).

Na direção do pensamento de Coleman (1999 apud SILVA JÚNIOR, 2007), a confiança e a reciprocidade são dois pilares fundamentais na formação do capital social. Dessa forma,

[...] o capital social deve ser entendido como um recurso para as pessoas e, sendo assim, ele é produzido a partir das mudanças das relações interpessoais que facilitam determinadas ações; dessa forma, o capital social depende da ação individual para a produção de um bem coletivo e é sustentado por dois pilares, a confiança e a reciprocidade. O mais interessante nesta perspectiva é que aqueles que geram capital social beneficiam-se apenas de uma pequena parte do todo que foi produzido (COLEMAN, 1999, p. 39 apud SILVA JÚNIOR, 2007).

No tocante às definições de capital social no contexto educacional, formuladas por Bourdieu (1980 apud CATANI; NOGUEIRA, 2010) e Coleman (1990 apud SILVA JÚNIOR, 2007), temos que, para aquele, o capital social pode ser visto como

um agregado de recursos reais ou potenciais vinculados a um grupo ou a um conjunto de agentes não somente dotados de propriedades comuns, mas também unidos por ligações permanentes e úteis; já para este, o capital social deve ser encarado como um conjunto de recursos intrínsecos na organização social comunitária, considerados úteis para o desenvolvimento cognitivo ou social.

Mesmo diante das valiosas contribuições teóricas de Bourdieu e Coleman em torno do conceito de capital social, podemos afirmar que foi a partir da publicação do livro de Robert Putnam (2006) *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*, em 1993, que a ideia de capital social ganhou notoriedade, principalmente nos meios acadêmicos. O objetivo da obra de Putnam (2006) foi avaliar o impacto da descentralização na diminuição das desigualdades regionais na Itália. Nesse sentido, o autor afirmava que, se o governo local era, em tese, mais eficiente, seria de se esperar que resultasse em benefícios expressivos para as áreas mais atrasadas e carentes e que, com isso, as desigualdades no país diminuíssem. Desse modo, as variáveis utilizadas pelo autor apresentam uma aproximação muito intensa com a ideia de confiança, considerada básica na formação e acumulação do capital social.

A conclusão da pesquisa realizada por Putnam (2006) foi de que o capital social está definido por três fatores inter-relacionados: confiança; normas e cadeias de reciprocidade; e sistemas de participação cívica. São esses sistemas que permitem às pessoas cooperar, ajudar-se mutuamente, zelar pelo bem público e promover a prosperidade. Ao contrário do capital natural e financeiro, o capital social constitui um bem público: não é apropriado por particulares, nem produz resultados individuais. Além disso, quanto mais é utilizado, mais é acumulado. Nessa perspectiva de análise, Putnam (1995 apud MILANI, 2005) afirma que o capital social facilita a cooperação espontânea. No mesmo sentido, salienta que, em uma comunidade ou sociedade abençoada por estoques significativos de

capital social, redes sociais de compromisso cívico incitam a prática geral da reciprocidade e facilitam o surgimento da confiança mútua (PUTNAM, 1995 apud MILANI, 2005).

Em sua abordagem comunitária, Durston identifica a confiança, a reciprocidade e a cooperação como variáveis do capital social. Ele afirma que “o capital social corresponde ao conteúdo de certas relações sociais — aquelas que combinam atitudes de confiança e reciprocidade e cooperação — que proporciona maiores benefícios àqueles que o possuem” (DURSTON, 2001 apud MILANI, 2005, p. 19).

Durston (2001 apud MILANI, 2005) indica, ainda, as seguintes tipologias do capital social: individual (relações entre pessoas em redes egocentradas), grupal (extensão de redes egocentradas), comunitário (caráter coletivo: ser membro é um direito), de ponte (acesso simétrico a pessoas e instituições distantes), de escada (relações assimétricas que, em contextos democráticos, empoderam e produzem sinergias) e da sociedade como um todo.

Analisando a importância do capital social no processo de aquisição do poder, Abramovay (2000) destaca que a acumulação de capital social é um processo de aquisição de poder (empoderamento), terminologia que vem se consagrando nas organizações de desenvolvimento e até de mudanças na correlação de forças no plano local. Assim, para ele, o capital social corresponde a recursos cujo uso abre caminho para o estabelecimento de novas relações entre os habitantes de uma determinada região, possibilitando a formação do desenvolvimento territorial (dimensão territorial do desenvolvimento), ou até mesmo a construção social dos mercados.

Abramovay (2000), ao comentar a importância do fortalecimento do capital social dos territórios para o desenvolvimento

rural, defende a ideia das populações como protagonistas dos mercados como construções sociais. Ele assevera que construir instituições propícias ao desenvolvimento rural consiste muito mais em fortalecer o capital social dos territórios do que em promover o crescimento desta ou daquela atividade econômica.

Do mesmo modo, Milani (2005) discorre sobre a teoria do capital social e desenvolvimento local, afirmando que tal desenvolvimento envolve fatores sociais, culturais e políticos que não se regulam exclusivamente pelo sistema de mercado. O crescimento econômico é uma variável essencial, porém não suficiente para ensejar o desenvolvimento local.

Na perspectiva de interpretações diversas e de enfoques distintos a respeito do conceito de capital social, Balestro (2006) defende a necessidade de superação do determinismo histórico presente em algumas definições, especialmente no caso de Putnam e Fukuyama, afirmando que eles chamam a atenção para a trajetória histórica de uma região (*path-dependency*) e os valores culturais pré-existentes. Para tanto, Balestro (2006) faz referência a Granovetter, afirmando que este sugere examinar como as estruturas das redes podem ser alteradas pelos atores estratégicos que compreendem como reunir recursos.

Na busca de uma revisão crítica do conceito de capital social, Balestro (2006, p. 29) analisa brevemente a contribuição de Adler e Kwon (2000):

O capital social pode se inscrever em duas definições amplas (Adler et Kwon, 2000). Em uma delas, ele constitui um recurso que facilita a ação de um determinado ator, um recurso presente na rede social que vincula o ator aos demais. Os laços diretos e indiretos com outros atores na rede facilitam a ação do indivíduo. Na outra definição, o capital social, constitui uma espécie de bem público usufruído por todos que pertencem às estruturas de atores coletivos (grupos, organizações, comunidades, regiões e até mesmo nações). Nesta

última definição, o capital social confere coesão e benefícios sociais. O adjetivo social para essa segunda definição se contrapõe ao privado. É social porque pode ser apropriado pelos integrantes do ator coletivo. Contrariamente, para a primeira definição, o adjetivo social refere-se ao fato que o recurso está presente nas redes sociais.

Da discussão sobre capital social, podemos ressaltar que, não obstante suas diferentes categorias de análise e de interpretação, oriundas da economia e de outras ciências sociais (sobretudo a ciência política, a sociologia e a antropologia), esse conceito já foi consagrado na academia, embora seja ainda bastante controverso, principalmente no tocante à sua aplicabilidade.

Desse modo, diante do contexto em que emerge essa nova realidade, marcada pelas transformações nas estruturas econômicas e pelas perspectivas de crise social, bem como pela necessidade urgente de despertar novas iniciativas da sociedade em relação ao Estado e às instituições em geral, as definições de capital social convergem. Elas dão uma ideia do seu sentido acadêmico ou intelectual e de suas possíveis aplicações práticas nas instituições.

Albagli e Maciel afirmam que o capital social pode ser um fator de interação cooperativa para o desenvolvimento local e, portanto, deve ser considerado como uma peça importante das discussões sobre sistemas produtivos locais e sistemas locais de inovação. Para essas autoras,

uma experiência relevante nesse campo é das cooperativas autogestionárias, pelo papel que podem ter no aumento do emprego e da renda, na redução de desigualdades sociais e regionais, na elevação do nível de qualidade de vida das comunidades e, inclusive, no desenvolvimento do capital social, principalmente através de processos de *interação, aprendizado e inovação* (ALBAGLI; MACIEL, 2002, p. 18, grifo nosso).

Sem dúvida, as iniciativas comunitárias que estão sendo gestadas no Brasil como uma forma de encarar os problemas

econômicos, sociais, culturais e ambientais mais imediatos, principalmente nas áreas rurais, representam o grau de importância da formação de capital social nas comunidades. Nesse sentido, nas localidades onde as organizações econômicas populares são criadas, a coesão social (interação), a educação (aprendizado) e a inovação servem como agentes de mobilização de esforços e de recursos materiais e imateriais com vistas à formação de capital social, o que resulta no “empoderamento” local do cidadão.

A relação entre trabalho e educação na sociedade capitalista e a educação profissional e tecnológica no Brasil

É comum afirmar que a relação entre trabalho e educação é de fundamental importância no processo de desenvolvimento social, econômico e político de uma sociedade. Assim, compreender a categoria trabalho como ponto de partida para o entendimento dos processos educativos pressupõe assimilar o significado do trabalho humano e sua influência na organização econômica, social e política de uma sociedade.

Entendemos, pois, que a reflexão sobre a relação entre trabalho e educação é cada vez mais importante, haja vista que a inserção de países como o Brasil no propalado mundo da globalização ou no processo ideologicamente chamado de “civilizatório” e “emancipatório” depende, em grande parte, de sua capacidade de superar, com seus novos saberes e conhecimentos, os problemas cruciais com os quais se defronta. No Brasil, as discussões sobre o mundo do trabalho e a importância da educação profissional e tecnológica como política pública, estratégica e de Estado são de inegável validade para os diversos setores e instituições da sociedade, valendo com maior amplitude para a esfera educacional. Diante dessas discussões, não podemos deixar de incluir a perspectiva da

Rede ou Sistema (ou Subsistema) Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, dada a importante função que esta desempenha em nosso país.

A compreensão da relação entre trabalho e educação no Brasil deve abarcar, necessariamente, a reflexão acerca das transformações pelas quais tem passado o mundo do trabalho e do trabalhador, em níveis nacional e internacional. Tal reflexão deve envolver a inserção do país no processo de reestruturação produtiva mundial ou de globalização econômica, dando ênfase à educação e às demandas do mundo do trabalho, bem como a suas principais mudanças e como elas têm afetado o trabalhador. As novas transformações do mundo do trabalho têm permitido um aumento da importância da educação formal e da qualificação e requalificação profissional como elementos da competitividade, da reestruturação produtiva e da “empregabilidade”.

Ressalte-se que diversos estudos já foram produzidos a respeito das recentes políticas educacionais e reformas de ensino, que discutem as implicações da globalização econômica e da hegemonia do modelo neoliberal sobre a educação brasileira. Os estudos de Carvalho (2003, p. 17-18), sobre educação e formação profissional no Brasil, permitem entender que

é preciso compreender as demandas colocadas para a educação profissional no capitalismo contemporâneo e as respostas que ela pode dar, tanto no sentido de uma educação do capital e, portanto, para consolidar a sua hegemonia, ou de uma educação do trabalho e, por conseguinte, instrumentos de contra-hegemonia.

Sobre as reformas educacionais iniciadas na década de 1990 no Brasil e as mudanças significativas por elas acarretadas, Oliveira (2004, p. 1128) comenta: “São reformas que atuam não só no nível da escola, mas em todo o sistema. [...] Na atualidade, novas questões são trazidas ao debate”.

Portanto, as alterações do mundo do trabalho decorrentes das “novas” dimensões da relação entre trabalho e educação impõem desafios às instituições de educação profissional e tecnológica no Brasil. Essas mudanças e a nova realidade social, econômica, cultural e ambiental do Brasil podem ser vistas como resultantes da inserção do país no atual processo de globalização. Elas passam, necessariamente, pelo viés da educação, uma vez que não há como formar e educar indivíduos sem referência às problemáticas contemporâneas. A esses aspectos, acrescentam-se as novas exigências do mundo do trabalho, marcado pelo desenvolvimento científico e tecnológico.

Castioni (2010, p. 59), na análise sobre reestruturação produtiva, educação e trabalho, afirma que

cabe destacar, em particular, o papel atribuído à educação na formação do trabalhador nessa nova fase do capitalismo. Para entender a relação entre educação, qualificação e reestruturação produtiva, é necessário partir de uma perspectiva histórica, pois este movimento é reflexo do processo de acumulação capitalista e a dinâmica que se estabelece entre as relações trabalho e capital é que proporciona estas modificações. Por sua vez, a relação tecnologia, trabalho e educação não é linear e sim dinâmica, pois trata-se de uma relação social.

Nessa mesma direção, com relação às perspectivas da educação e formação profissional no Brasil, Carvalho (2003, p. 19) entende que “é a partir destas contradições, que se pode analisar a educação profissional na expectativa da construção de relações sociais democráticas e solidárias, que possibilitem uma cidadania efetiva”.

O significado da construção social dos mercados e a importância da relação entre capital social e educação profissional e tecnológica no meio rural

Na perspectiva de valorização dos processos educativos e formativos como constituídos nas relações sociais e constituintes dessas mesmas relações em um determinado contexto histórico, a educação, por certo, poderá contribuir para promover nos cidadãos índices favoráveis de capital social. Assim, a educação pode ser encarada como capaz de desencadear um processo de valorização e empoderamento do cidadão. A esse respeito, Nazzari et al. (2004, p. 1) afirmam que

[...] a ausência de comportamentos cooperativos não colabora para promover a prática das pessoas na afiliação em associações voluntárias e no reconhecimento de aspectos positivos da cultura das regiões excluídas, em muitas comunidades do País. A educação como processo de valorização e empoderamento dos cidadãos, permitiria o fortalecimento das redes de capital social e desenvolvimento regional.

Nessa mesma linha de pensamento, Baquero (2001 apud NAZZARI et al., 2004) diz que o capital social é o processo e o instrumento de empoderamento do cidadão. Além disso, afirma que ele pode mudar as relações pessoais e os intercâmbios sociais que gerem mais redes de cooperação e solidariedade. Assim, a elevação dos índices de capital social pode ter efeitos positivos na democracia e no desenvolvimento socioeconômico. Ademais, como afirma Steiner (2006), o capital social remete à ideia segundo a qual uma rede duradoura mais ou menos institucionalizada de relações mútuas e de amizade entre indivíduos constitui um recurso real ou potencial que os indivíduos podem mobilizar para atingir seus objetivos. Nesse sentido, o capital social diverge do capital humano, diretamente ligado à própria pessoa ou indivíduo.

Para Swedberg (1994, p. 255 apud ABRAMOVAY, 2000, p. 385),

os estudos sobre a dimensão territorial do desenvolvimento incluem também a importância dos mercados como o resultado de formas específicas de interação social e da capacidade dos indivíduos, das empresas e das organizações locais em promover ligações dinâmicas, capazes de valorizar seus conhecimentos, suas tradições e a confiança que foram capazes, historicamente, de construir.

Desse modo, ressalte-se a realização de várias pesquisas ou programas relacionados ao estudo da dimensão territorial do desenvolvimento a partir das discussões sobre a competitividade das empresas e os processos de inovação à luz de conceitos como “redes”, “meios inovadores” e “efeitos de proximidades” (PECQUEUR, 1995, p. 2 apud ABRAMOVAY, 2000, p. 385).

Cabe destacar, ainda, o trabalho de Bagnasco e Triglia (apud ABRAMOVAY, 2000, p. 385), que é considerado um dos mais célebres sobre a importância da intensificação das relações sociais na construção de uma “comunidade de valores e de intenções” em torno da valorização de certos territórios. Segundo Abramovay (2000, p. 385),

o importante é que um ambiente de cooperação entre empresas — no sentido da troca de informações, da preocupação comum com a formação dos trabalhadores, com a implantação dos serviços indispensáveis ao seu funcionamento e com a qualidade de vida numa certa região — é uma das bases essenciais para o processo de desenvolvimento. Hoje existem várias regiões que procuram organizar estas formas cooperativas — que não se opõem evidentemente à concorrência, mas, ao contrário, fornecem um quadro onde os mercados podem funcionar de maneira mais adequada.

Ainda a respeito do conceito de capital social, no ano de 2003, por intermédio do lançamento do Termo de Referência para Atuação do Sistema Sebrae em Arranjos Produtivos Locais,

o Sebrae (2003, p. 61, grifo nosso) conceituou capital social como um “conjunto de instituições formais e informais, incluindo normas e hábitos sociais, que afetam o nível de confiança, interação e *aprendizado* em um sistema social”.

Na mesma direção dos autores mencionados, Razeto (1999, p. 56-57), no artigo *Economia de solidariedade e organização popular*, escrevendo sobre a importância da educação nas organizações econômicas populares, diz que

as organizações econômicas populares são atualmente uma realidade viva e aberta a diferentes evoluções possíveis e seu destino está nas mãos de seus próprios integrantes e daqueles que se aproximarem delas para apoiá-las solidariamente. Em qualquer caso, tratam-se de organizações que respondem a causas estruturais e a necessidades objetivas, de modo que continuaram existindo e crescendo.

Apesar dos diferentes significados que os autores têm atribuído à educação formal e à educação não formal, e das divergências e polêmicas que têm sido geradas no meio acadêmico no tocante ao papel da educação não formal perante os novos desafios da relação entre trabalho e educação, Teixeira (2003 apud NAZZARI et al., 2004) afirma que alguns elementos do capital social na educação não formal podem, por meio de estratégias diferenciadas, produzir conhecimento e conscientizar os cidadãos dos seus direitos e do seu papel transformador.

Diante da discussão sobre capital social e educação, Nazzari et al. (2004) afirmam que o capital social na educação está composto por um conjunto de normas, comportamentos, atitudes, regras de conduta e valores que se configuram em redes de organizações engajadas.

Nesse sentido, considerando a relação entre tecnologia, trabalho e educação como social, a educação pautada na compreensão da realidade, conforme defende Nidelcoff (1979),

passa a ser vista como um elemento fundamental para a análise das relações sociais, econômicas e culturais que se desenvolvem nos diferentes territórios, sejam eles rurais ou urbanos.

Dentro do contexto em que emerge essa realidade de crise, marcada pelos desafios da relação entre trabalho e educação no Brasil, o estudo de Abramovay (2000) sobre a formação do capital social pela educação nos territórios rurais brasileiros se revela uma proposta educativa inovadora, concebida na visão de educação comprometida com a compreensão da realidade vivenciada pelos cidadãos.

No livro *Desenvolvimento como liberdade*, Amartya Sen (1988 apud SABOURIN; TEIXEIRA, 2002, p. 114, grifo nosso) destaca uma definição de desenvolvimento diretamente relacionada a temas como a construção social dos mercados e a formação do capital social nas comunidades:

É esta visão do desenvolvimento que o faz exigir uma definição positiva de liberdade: liberdade não é apenas a ausência de restrições, o direito abstrato de ir, vir, comprar, vender, amar e ser amado. A liberdade — e portanto o desenvolvimento — não podem ser pensados fora das condições concretas de seu exercício. [...] Não basta que a lei garanta certos direitos: o essencial é que os indivíduos tenham *as capacidades, as qualificações, as prerrogativas de se deslocar, de participar dos mercados e de estabelecer relações humanas que enriqueçam sua existência.*

Considerando a atual conjuntura do meio rural brasileiro, visões de desenvolvimento como a defendida por Sen (1988 apud SABOURIN; TEIXEIRA, 2002) suscitam a necessidade de buscar uma base de desenvolvimento rural que seja apoiada em processos consistentes, aliados à formação de capital social: o propalado desenvolvimento rural territorial.

Abramovay (2000) assinala que um dos pressupostos básicos que a literatura sobre inovação e territórios coloca em destaque é a dinâmica de aprendizagem, de valorização das práticas produtivas e da cultura técnica locais. A esse respeito, o autor afirma, ainda, que não se trata apenas de melhorar a educação do campo ou ampliar a realização de cursos profissionalizantes, mas de modificar o conjunto do ambiente que se refere à aquisição e ao uso do conhecimento no meio rural.

Portanto, é de fundamental importância a organização de iniciativas que objetivem a implementação de ações necessárias à formação, ao desenvolvimento e à consolidação de uma rede territorial mediante a mudança do ambiente educacional do campo pela educação profissional e tecnológica. Abramovay (2000, p. 87) chama a atenção para o seguinte:

O importante é que os conhecimentos de um corpo social localizado territorialmente possam exprimir-se em marcas capazes de oferecer garantia aos consumidores e elevar a renda dos produtores que investiram neste tipo de organização coletiva. O papel dos extensionistas, dos movimentos sociais e das associações profissionais neste sentido pode ser crucial. As faculdades existentes no interior do País e as Universidades podem exercer um papel decisivo na formação de redes territoriais de desenvolvimento. Por um lado, contribuindo no estudo das dinâmicas organizativas locais. Por outro, colaborando com entidades profissionais e de classe na formação de “incubadoras” de empresas, no oferecimento de assessorias a balcões de projetos, na difusão — juntamente com a extensão rural — das informações sobre linhas de crédito acessíveis a cada caso.

Ainda sobre a importância da educação profissional do campo para a formação de redes territoriais de desenvolvimento, Casarotto Filho e Pires (1998 apud ABRAMOVAY, 2000) afirmam que a constituição de consórcios voltados ao desenvolvimento local também pode beneficiar-se do apoio das faculdades e dos *campi* das universidades existentes no interior do país.

Nessa direção, Moura (2008, p. 28), no artigo *A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica*, refletindo sobre a expressão “instituições de educação profissional e tecnológica socialmente produtivas”, levanta o seguinte problema: estamos construindo um modelo de educação profissional e tecnológica coerente com que modelo de desenvolvimento socioeconômico? A nosso ver, a resposta a esse questionamento está na perspectiva de uma educação profissional e tecnológica constituída por instituições que possam atuar na realidade social, cultural, econômica e ambiental onde estão imersas e que sejam apoiadas na busca do modelo de desenvolvimento socioeconômico voltado para a construção de uma sociedade mais colaborativa. A seguinte contribuição de Moura (2008, p. 30) corrobora esse pensamento:

A aproximação das instituições de EP&T [educação profissional e tecnológica] ao entorno tende a contribuir para que se estabeleça um diálogo social do qual têm que participar, além das próprias instituições, distintos pontos de vista como o da sociologia, das ciências da educação, da psicologia, da economia, da organização empresarial, dos sindicatos de empregados e empregadores, além de outros sujeitos que integram a sociedade civil.

A tese desse autor é a de que, nas discussões sobre a formação dos sujeitos ou atores sociais pela educação profissional e tecnológica, devem ser incluídas não somente as questões didático-político-pedagógicas, mas também aquelas relativas à função social da educação profissional e tecnológica, em geral, bem como de cada instituição envolvida nas práticas ou ações educativas, em particular.

Diante dos desafios de uma dimensão territorial do desenvolvimento (socioeconômico) rural apoiada na consolidação de arranjos produtivos dinâmicos e inovadores, bem como na melhoria das condições de vida da população rural em nosso país, não há dúvidas acerca da importância da educação profissional e tecnológica no meio rural brasileiro. Ademais, em resposta às

demandas de desenvolvimento sustentável e inclusivo, bem como de arranjos produtivos e metodologias educacionais próprios nas áreas rurais brasileiras, a educação profissional e tecnológica deve atuar em favor do desenvolvimento local e regional, na perspectiva da construção da cidadania.

Dessa forma, acreditamos na necessidade de criar bases sólidas para uma educação profissional no meio rural que permita pensar e desenvolver o trabalho como princípio educativo. As metodologias dessa educação devem ser fundamentadas na direção da (re)significação do ensino agrícola no Brasil, por meio de uma proposta ancorada na difusão de valores agroecológicos e do desenvolvimento rural sustentável. Isso, evidentemente, não deve desmerecer a importância que a agricultura intensiva assumiu nas últimas décadas e sua contribuição para a balança comercial brasileira.

À guisa de conclusão da discussão sobre a relação entre trabalho e educação diante do novo desenvolvimento territorial rural e da agricultura familiar no Brasil, cumpre lembrar mais uma vez que o grande desafio é uma reflexão sobre esse novo desenvolvimento baseado na sustentabilidade e na formação de capital social.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 379-397, abr./jun. 2000. Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/2000/10/o-capital-social-dos-territorios-repensando-o-desenvolvimento-rural/>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

_____. Os mercados como construções sociais. *Valor Econômico Eu & Fim de Semana*, 24 ago. 2007. Disponível em: <http://www.fea.usp.br/feaecon//media/fck/File/Abramovay_Karpik_CyroAndrade_Singularidades.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2010.

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lúcia. Capital social e empreendedorismo local. In: LASTRES, M. M. Helena et al. (Coord.). *Proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas*. Rio de Janeiro: RedeSist-IEI/UFRJ, 2002. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist/NTF2/NT%20SaritaMLucia.PDF>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

BALESTRO, Moisés V. *Capital social, aprendizado e inovação: um estudo comparativo entre redes de inovação na indústria de petróleo e gás no Brasil e Canadá*. Tese (Doutorado) — Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

BAQUERO, Marcello. Verbetes: “Capital Social”. In: CATTANI, Antônio David (Org.). *Dicionário a outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 28-33.

CARVALHO, Olgamir Francisco de. *Educação e formação profissional: trabalho e tempo livre*. Brasília: Plano, 2003.

CASTIONI, Remi. *Educação no mundo do trabalho, qualificação e competência*. São Paulo: Francis, 2010.

CASTRO, Maria de Fátima de Carvalho Menezes e. *Capital social*. GestioPolis, 2004. Disponível em: <<http://www.gestiopolis.com/administracion-estrategia/capital-social-de-las-empresas.htm>>. Acesso em: 5 dez. 2010.

CATANI, Afrânio; NOGUEIRA, Maria A. (Org.). *Escritos de educação: Pierre Bourdieu*. Petrópolis: Vozes, 2010.

MILANI, Carlos. *Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)*. Salvador: UFBA, 2005. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/173202-CAPITAL-SOCIAL/>>. Acesso em: 17 dez. 2010.

MOURA, Dante Henrique. A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, v. 1, n. 1, p. 23-38, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/rev_brasileira.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2010.

NAZZARI, Rosana Katia et al. Desenvolvimento social e educação no Brasil. In: SEMINÁRIO DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, 18-22 out. 2004, Cascavel. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/IIISeminario/artigos/Artigo%2011.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

NIDELCOFF, Maria Teresa. *A escola e a compreensão da realidade*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação & Sociedade*, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22614>>. Acesso em: 15 maio 2009.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RAZETO, Luis Migliaro. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Org.). *Educação comunitária e economia popular*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 34-58.

SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio (Org.). Desenvolvimento rural territorial e capital social. In: _____. *Planejamento do desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília: UFPB, 2002. p. 113-128. Disponível em: <http://www.fea.usp.br/feaecon//media/fck/File/Desenvolvimento_Rural.pdf>. Acesso em: 28 out. 2010.

SEBRAE. *Termo de referência para atuação do sistema SEBRAE em arranjos produtivos locais*. Brasília: Sebrae, 2003.

SILVA JÚNIOR, José Deocleciano de Siqueira. O capital social: discussão em torno da construção de um conceito. *Revista Espaço Acadêmico*, ano 6, n. 72, 2007. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/072/72silvajr.htm>>. Acesso em: 30 set. 2010.

STEINER, Philippe. *A sociologia econômica*. São Paulo: Atlas, 2006.

SWEDBERG, Richard. *Max Weber e a ideia de sociologia econômica*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; São Paulo: Beca Produções Culturais, 2005. (Coleção Economia e Sociedade, v. 5).

WEBER, W. *Economia e sociedade*. Tradução: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4. ed. Brasília: Editora da UnB, 2000. v. 1.

WILKINSON, John. Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados: inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. *Ensaios FEE*, v. 23, n. 2, p. 805-824, 2002. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewArticle/2042>>. Acesso em: 20 out. 2010.